

Sábado, 11 de Abril de 2026

Governo Lula barra transporte aéreo e fluvial em região de Yanomami

CASO YANOMAMI

Terra

O governo do presidente [Luiz Inácio Lula da Silva](#) (PT) anunciou medidas para impedir o avanço do garimpo ilegal na região dos povos **Yanomami** em Roraima. Entre as ações está o impedimento de **transporte aéreo e fluvial** para interromper o abastecimento de grupos criminosos na área.

A medida foi anunciada em nota divulgada pelo Palácio do Planalto nesta segunda-feira, 30, após reunião de Lula com ministros.

"As ações também visam impedir o acesso de pessoas não autorizadas pelo poder público à região buscando não apenas impedir atividades ilegais, mas também a disseminação de doenças", diz a nota. "Dar assistência nutricional e de saúde ao povo Yanomami, com alimentos adequados aos seus hábitos, e garantir a segurança necessária para que equipes de saúde possam exercer suas atividades nas aldeias também estão entre as prioridades. Assim como garantir rapidamente o acesso a água potável por meio de poços artesianos ou cisternas e medir a contaminação por mercúrio dos rios e nas pessoas".

Lula ainda determinou que as medidas saiam do papel no "menor prazo" para "estancar a mortandade e auxiliar as famílias Yanomami".

Na reunião, Lula esteve com vários ministros, como da Casa Civil, Rui Costa; Justiça, Flávio Dino; Defesa, José Mucio; Povos Originários, Sônia Guajajara; Direitos Humanos, Silvio de Almeida; Minas e Energia, Alexandre Silveira; Relações Institucionais, Alexandre Padilha; o comandante da Aeronáutica, Marcelo Damasceno, com a presidenta da Funai Joenia Wapichana e com o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Swedenberger Barbosa.

Fundo Amazônia

Mais cedo nesta segunda-feira, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, **Marina Silva**, disse que os [recursos do Fundo Amazônia serão utilizados para financiar ações emergenciais](#) de combate à crise humanitária vivida pelo povo indígena Yanomami.

Em entrevista coletiva ao lado da ministra da Cooperação e Desenvolvimento Econômico da Alemanha, Svenja Schulze, em Brasília, Marina também acusou o governo do ex-presidente [Jair Bolsonaro](#) de crimes de lesa-pátria e lesa-humanidade contra as comunidades indígenas.

Durante sua gestão, Bolsonaro reduziu o financiamento de agências de combate a crimes ambientais, como o Ibama, e por várias vezes defendeu a exploração mineral em terras indígenas. O uso de mercúrio no garimpo de ouro contamina os rios e prejudica essas populações.

"Não tenho dúvida que foi uma atitude genocida em relação às populações indígenas brasileiras e que o governo federal está agindo emergencialmente diante de uma situação difícil em que temos que recuperar as políticas, as instituições, os equipamentos públicos e ao mesmo tempo dar essas respostas", disse Marina na coletiva ao lado da ministra alemã.



"Tem havido também uma mobilização da sociedade civil brasileira, da comunidade científica, dos servidores públicos e, sobretudo, de vocês da imprensa, que têm cumprido um papel fundamental em tornar público para a sociedade brasileira o tamanho desse crime de lesa-pátria e de lesa-humanidade cometido pelo governo Bolsonaro", acrescentou.